

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1548621 - RJ
(2019/0214630-6)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : A M M C
ADVOGADOS : RONALDO LOUZADA BERNARDO - ES001959
BÁRBARA AUGUSTA SOARES LOUZADA
BERNARDO DE SOUZA - ES019239
AGRAVADO : H O J
AGRAVADO : F N J
ADVOGADO : RODRIGO CAVALCANTE FEITOZA - RJ096373

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. ARTS. 489 E 1.022 DO NCPC. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MÉRITO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1022 do NCPC quando o julgador adota fundamentação clara, objetiva e suficiente para embasar a sua decisão.

3. O Tribunal fluminense, ao se debruçar sobre os elementos fático-probatórios dos autos, concluiu não estarem presentes os requisitos configuradores da alegada união estável entre as partes, havendo comprovação apenas da existência de um relacionamento de namoro. Rever tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ. Precedentes.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo

Superior Tribunal de Justiça

Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator